

# Redobrar o aperto fiscal e monetário

por Claudia Safatle  
de Brasília

Redobrar o arrocho fiscal e monetário. Esta foi a decisão da equipe econômica do governo, tomada no início desta semana, após o susto com a aceleração inflacionária. Segundo o secretário executivo do Ministério da Economia, João Maia, um congelamento de preços e salários ou uma prefixação, aproveitando os termos da Lei 8.030, estaria descartado.

"Não vamos reprisar vícios do passado. Não vamos repetir experiências fracassadas", insistiu o secretário. Isso não significa, porém, que o governo se negue a participar de um acordo em torno de uma política de rendas (ver ao lado), que saia das negociações do pacto social. Desde que não seja uma reindexação de preços e salários, o debate no âmbito do entendimento nacional é aberto.

Nos próximos dias, porém, a idéia da equipe econômica — que teria sido avalizada pelo presidente Fernando Collor de Mello — é promover uma nova rodada de corte de gastos públicos, dirigindo o alvo para as empresas estatais, que estão com uma performance deficitária e exagerando no nível de endividamento junto às empreiteiras e aos fornecedores; e, também, no enxugamento da máquina estatal.

Para cumprir uma promessa feita desde o início da sua gestão de demitir funcionários públicos ociosos (que hoje estão em disponibilidade, recebendo seus vencimentos integrais), o governo enviaria uma emenda constitucional ao Congresso Nacional, extinguindo a estabilidade.

A variável mais importante nesse jogo de equações múltiplas para derrubar a inflação é política. Até onde o presidente da República resistirá às pressões para mudar o eixo dos instrumentos de controle fiscal, monetário e de abertura das fronteiras de comércio (cuja dimensão e velocidade têm desagradado profundamente os empresários nacionais).

A política monetária tem um limite de exaustão, que bate na estrutura do sistema financeiro. Por mais aperto que o presidente do Banco Central queira fazer, ele esbarra na própria sobrevivência das casas bancárias do País. A expansão monetária de setembro passado, marcada

# Redobrar o aperto fiscal.

por Claudia Safatle  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

por uma pesada recompra de títulos em carteira dos bancos, representou uma recusa do governo em "quebrar o sistema", como disse a este jornal um assessor muito próximo à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

Um outro assessor lembrou que, poucos dias antes de cair, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, tentou produzir um choque monetário, com taxas de juro reais bastante elevadas sobre uma correção monetária que corria abaixo da inflação. Nessa ocasião, lembrou a fonte, um grande banco recusou-se a comprar títulos federais a juros reais altos, insustentáveis, levando à saída da equipe econômica e à substituição do presidente do Banco Central.

Insistir na ortodoxia monetária e fiscal tem sua lógica. Tal política levaria a uma recessão a partir de janeiro — quando a demanda sazonal por bens gerada pelas festas de final de ano desaparece —, forçando

uma redução dos preços e dos empregos.

Revertida a expectativa inflacionária e eliminada a força da indexação informal — que hoje alimenta boa parte da inflação principalmente no setor de serviços pessoais —, seria armado um quadro da ruptura com a cultura inflacionária e estariam preparadas as condições para em março, quando assumem o novo Congresso Nacional e novos governadores estaduais, o presidente Collor de Mello compor suas forças políticas. O prazo final para a equipe econômica apresentar resultados, portanto, seria março, não janeiro.

A primeira providência adotada após a opção que a equipe econômica teria feito, no início desta semana, de prosseguir na trilha da ortodoxia, foi o "tarifaço" decretado na última quarta-feira, quando o governo reajustou os preços dos combustíveis e da energia elétrica, entre outros. Foi uma medida de ajuste fiscal, garantiram João Maia e Antônio Kandir (secretário executivo e secretário

de política econômica, respectivamente). Outra leitura do "tarifaço" — a de que o governo estaria preparando-se para um eventual congelamento ou prefixação de preços e salários — foi rejeitada por ambos.

Pela própria composição heterogênea da equipe da ministra da Economia, é praticamente impossível afirmar que a opção pelo arrocho monetário e fiscal seja um consenso. Há os que advogam a adoção de uma política de rendas, entendida como congelamento ou prefixação de preços e salários, e consideram que janeiro, "quando todos estiverem perdidos" diante da recessão, como expressou um assessor oficial, seria um momento adequado para uma prefixação, no âmbito do entendimento nacional.

Embora os economistas mais influentes da equipe de Zélia Cardoso de Mello neguem peremptoriamente, essa hipótese chegou a ser considerada até mesmo pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), que estiveram em Brasília durante todo o mês de agosto remexendo nas

estatísticas produzidas pelo plano Collor. Mas, como disse, recentemente, um membro da missão do FMI, essa consideração, feita naquela ocasião, não encontrou eco junto aos técnicos oficiais.

Como a formação das taxas de juro no mercado está ligada diretamente às expectativas e à oferta de demanda por moeda, e como as taxas reais praticadas nas últimas semanas estavam acima da própria situação de liquidez, a tendência agora é que haja uma ligeira queda, na avaliação de técnicos do Ministério da Economia, mas nada espetacular.

Outro aspecto que marca o processo de reflexão da equipe econômica refere-se a que tipo de resultado poderá ser colhido a partir do momento em que a recessão se instalar. Pode ser uma adaptação do setor real, mediante uma redução de quantidades e de preços. Pode, porém, ser apenas uma diminuição das quantidades (de produção e de empregos), mas elevação dos preços, em busca de manutenção das margens de lucro.

GAZETA MERCANTIL